

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 12/Jan



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2701/2022



PORTO ALEGRE/RS

ATENÇÃO VIGILANTES: SERÁ DE 10,92% O REAJUSTE DOS SALÁRIOS NA DATA-BASE, EM FEVEREIRO



Para se conseguir isto, foi preciso enfrentar muita pressão e muita luta, disse o presidente

O presidente Loreni Dias anunciou, na manhã desta terça-feira (11), que o reajuste salarial da categoria na data-base, primeiro de fevereiro, será de 10,92%. Com isso, o piso salarial dos vigilantes vai aumentar para R\$ 1.764,35 e dos ASP para R\$ 1.390,98 – valores que serão pagos a partir de março.

Esse percentual de 10,92% corresponde à reposição integral da inflação, divulgada pelo IBGE, que fechou os últimos 12 meses em 10,16% pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC), mais 0,76366% referente a uma das parcelas de reposição das perdas de 2020.

Quando o Sindivigilantes do Sul assinou

a convenção coletiva de trabalho (CCT) em setembro do ano passado, após muita luta, com 6,01% de reajuste, ficou garantido e assinado também este novo aumento para a data-base de 2022.

“Já garantimos o reajuste de 2022 e pela primeira vez, em muitos anos, os vigilantes ficam sabendo tão cedo do próximo aumento, com a reposição integral da inflação, que muito poucos sindicatos estão conseguindo, e ainda a parcela da reposição das perdas passadas”, disse o presidente.

Vale-alimentação sobe 11,32%

O vale-alimentação sobe na data-base para R\$ 23,93 com a reposição integral da inflação, mais uma reposição de perdas de 1,165%, somando 11,32% de reajuste.

“Conseguimos isto sofrendo muita pressão da patronal e da oposição pelega, inclusive fazendo abaixo-assinado contra nós, e enfrentando os sindicatos pelegos de outras bases, que assinaram acordos zerados, do jeito

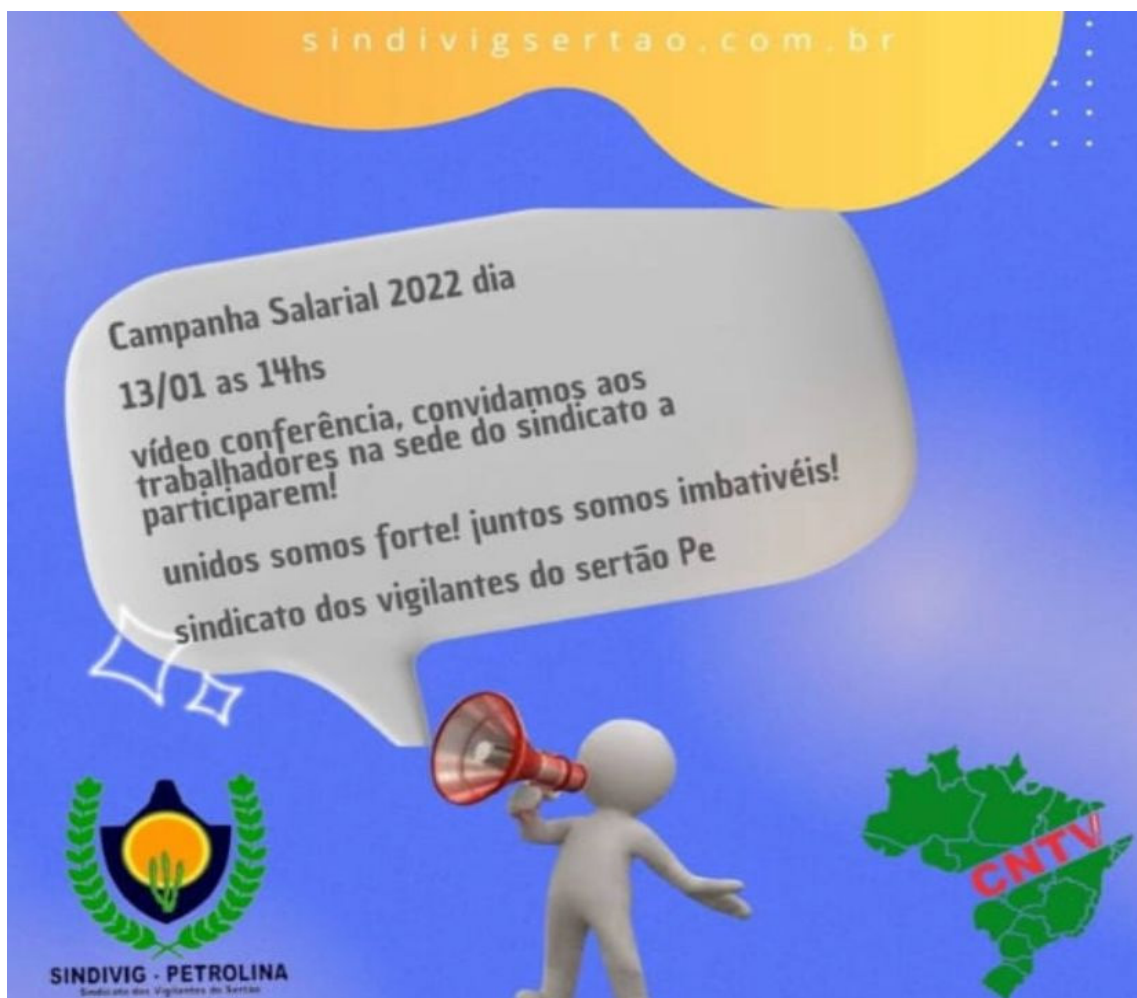
que os patrões queriam, e agora estão fazendo aditivos para igualar com a nossa convenção”, ressaltou Dias.

Ele disse ainda que “com a resistência da diretoria do Sindivigilantes do Sul e dos sindicatos de Pelotas, São Leopoldo e Uruguaiana, nós vencemos, duas batalhas, uma em 2020, que a pelegada assinou zerada e nós garantimos a reposição dessas perdas, e agora com uma grande vitória, já garantimos o aumento de 2022 com a reposição integral da inflação”.

“Não é exatamente o que a gente queria, mas com toda a crise econômica que existe, agravada pela pandemia do coronavírus, podemos dizer que foi uma grande conquista, sem dúvida”, afirmou Dias. “A pelegada agora que corra atrás para tentar se igualar com o que conquistamos”, completou

Fonte: [sindvigilantes do Sul](#)

PETROLINA/PE



Sindsegur notifica SME e RN Segurança devido atraso de salário e vale alimentação



Na terça-feira, 11 de janeiro, representantes do Sindsegur notificaram a Secretaria Municipal de Educação e a RN SEGURANÇA devido ao atraso no salário do mês de dezembro e o vale alimentação dos vigilantes.

Nossa entidade está atenta e vai continuar cobrando da empresa até que a mesma quite os débitos com os trabalhadores.

O papel do sindicato é defender o trabalhador, por isso a direção do Sindsegur vai continuar notificando e denunciando as empresas que descumprem direitos e cobrar, política e juridicamente, que tais empresas assumam a responsabilidade de cumprir seus compromissos trabalhistas.

Fonte: Sindsegur

Se depender de alguns setores, Lei Áurea seria revogada, diz Lula sobre reforma trabalhista

Revisão da reforma trabalhista deve ter como horizonte a criação de empregos de qualidade e o aumento da renda, defendem Lula e centrais

Ricardo Stuckert



Empresa São Paulo – O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e representantes das seis centrais sindicais brasileiras se reuniram nesta terça-feira (11) com representantes do governo e do Congresso da Espanha. O assunto foi o processo de revisão da reforma trabalhista no país com participação de partidos, lideranças de trabalhadores e empresariais.

O ministro

José Luis Escrivá, da Inclusão, Migrações e Seguridade Social, apontou que a precarização das leis trabalhistas a partir de 2012 levou à redução da qualificação da força de trabalho. Desse modo, atrasou o desenvolvimento do país e a criação de empregos de qualidade. E já que a situação se assemelha ao que acontece no Brasil, depois da reforma trabalhista executada

em 2017, o processo espanhol passou a inspirar propostas de revisão no Brasil.

Não é a primeira vez que Lula discute os impactos da legislação trabalhista no mundo do trabalho com dirigentes espanhóis. O ex-presidente já havia se encontrado com a vice-presidente do governo espanhol, Yolanda Díaz, em novembro. E também com as centrais sindicais espanholas, durante viagem a vários países da Europa em que defendeu a imagem do Brasil e ações globais contra as desigualdades. Lula lidera todas as pesquisas na disputa presidencial da eleição de 2022. Assim sua movimentação já incomoda a elite política e os setores da imprensa comercial que apoiaram o golpe de 2016 com objetivo de impor uma agenda neoliberal ao Brasil.

Reforma trabalhista: mídia tradicional sai em defesa do indefensável

Os espanhóis, descreveram o debate público para a revisão e recuperação de direitos que tinham sido perdidos a partir de 2012, com o objetivo de atingir uma remuneração justa. O ministro Escrivá fez uma apresentação sobre “Políticas econômicas para uma sociedade mais justa e inclusiva” e sobre a reforma. “É uma mentira que a competitividade de um país seja conseguida reduzindo salários. Se consegue com salários melhores combinados com a qualificação da mão de obra”, disse. Mas também mencionou investimentos em saúde e educação, valorização do salário mínimo e uma garantia de uma renda mínima para as famílias da Espanha. O salário mínimo na Espanha aumentou 38% desde a chegada do primeiro-ministro Pedro Sánchez ao poder.

O ministro reforçou que a reforma espanhola contou com um amplo consenso construído pelo governo com a sociedade civil, sindicatos e empresários. E que o governo Lula no Brasil também serviu de inspiração para o Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe).

Além de Escrivá, acompanharam a reunião o diretor de Seguridad Social, Borja Suárez Corujo, os representantes das centrais espanholas Jesús Galego (UGT) e Cristina Faciabén (Comissões Obreras). Deputados e senadores do Psoe também

A comitiva brasileira acompanhou a reunião na sede da Fundação Perseu Abramo, em São Paulo. A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) e o presidente da fundação, Aloizio Mercadante, acompanharam. Pelas centrais sindicais brasileiras participaram Sergio Nobre (CUT), Miguel Torres (Força Sindical), Ricardo Patah (UGT), René Vicente (CTB), Moacyr Roberto Tesch Auersvald (Nova Central Sindical) e Edson Carneiro Índio (Intersindical).



Carol Proner: e quando a conversa chegar na revisão do teto e nas privatizações?

A jurista Carol Proner observa que, enquanto discute possibilidade de chapa ao lado de Geraldo Alckmin, Lula se defronta com mais uma situação: a defesa da revisão trabalhista já abalou as conversas com esses setores. “E quando a conversa chegar na revisão do teto de gastos? E nas privatizações?”, questiona. Assista ao comentário na TVT.

Segundo Sérgio Nobre, Lula reforçou a necessidade de construção de uma mesa de negociação para o debate tripartite. E desse modo, tentar retomar algo parecido com o Fórum Nacional do Trabalho criado durante seu governo, em 2003. Na ocasião, o objetivo era discutir mudanças consensuais nas relações de trabalho e sindicais. Mas o colegiado acabou não prosperando.

Miguel Torres, da Força, afirmou que a criação de empregos de qualidade e a recuperação da renda estão no centro das discussões. O ex-presidente, como comentou Edson Carneiro Índio, da Intersindical, disse que para alguns setores da economia até a Lei Áurea seria revogada no Brasil. Pela CTB, Vicente destacou que Lula sugeriu às centrais sindicais a fecharem uma posição conjunta. Por exemplo, como já fizeram na década passada quando conduziram a proposta de política de valorização do salário mínimo.

A revisão da reforma trabalhista proposta pela Espanha propõe a limitação dos contratos temporários de trabalho, coíbe o abuso com terceirizações e com o trabalho intermitente. Além disso, reforça as negociações e determina a validade dos acordos coletivos até que estes sejam renovados.

Fonte: RBA

Inflação em alta: IPCA e INPC fecham 2021 acima dos 10%

Com resultado do INPC, salário mínimo de 2022 fica novamente sem ganho real



FOTO: ROBERTO PARIZOTTI (SAPÃO)

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado o índice oficial da inflação subiu 10,06% em 2021. O indicado é mais que o dobro do que o registrado no ano anterior (4,52%) e o maior desde 2015 (10,67%), segundo o IBGE, que divulgou os dados nesta terça-feira (11). Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) fechou com alta de 10,16%, ante 5,45% em 2020, e também com o maior resultado em seis anos. O INPC é o mais utilizado como referência para negociações salariais.

Como se viu ao longo de 2021, alguns itens tiveram impacto maior sobre a inflação. Caso da gasolina, por exemplo, que aumentou 47,49% em 2021, enquanto o etanol aumentou 62,23%. Já a energia elétrica teve alta de 21,21%. O gás de botijão teve aumento médio de 36,99%. Assim, das 16 regiões áreas pesquisadas pelo IBGE, 10 terminaram 2021 com inflação de dois dígitos.

Com o resultado do INPC, salário mínimo de 2022 fica novamente sem ganho real

Com a divulgação do INPC de 2021, se confirmou que o salário mínimo brasileiro ficou novamente sem aumento real (acima da inflação). O valor de R\$ 1.212 para este ano corresponde a um reajuste de 10,18%, praticamente o mesmo resultado do INPC anual (10,16%). O valor final do piso foi arredondado para cima. Itens diretamente ligados ao orçamento familiar, como os de alimentos, tarifas e combustíveis, foram os que mais subiram. São exatamente os que têm maior impacto na população de menor renda.

O Dieese estimou que, em dezembro, o salário mínimo deveria ser de R\$ 5.800,98 para custear as despesas básicas de uma família de quatro pessoas. O cálculo foi feito com base na cesta básica mais cara no mês passado, a de São Paulo, que chegou a R\$ 690,51. O mínimo do Dieese corresponde a 5,27 vezes o piso oficial de 2021 (R\$ 1.100). Um ano antes, essa proporção era de 5,08.

Transporte por aplicativo

Entre os grupos que compõem o IPCA, Transportes teve a maior variação (21,03%) e também o maior impacto no resultado geral (4,19 pontos percentuais). Depois vieram os grupos Habitação (13,05% e 2,05 pontos, respectivamente) e Alimentação de Bebidas (7,94% e 1,68 ponto). Somados, os três corresponderam a 79% do total.

Em Transportes, além dos combustíveis, o IBGE apurou alta de 16,16% nos preços de automóveis novos e de 15,05% nos usados, em 2021. As passagens aéreas aumentaram 17,59% e o custo com transportes por aplicativos subiu 33,75%.

No grupo Habitação, o instituto lembra que na questão das tarifas de energia o país conviveu, ao longo do ano, com as bandeiras amarela e vermelha – e depois com a bandeira chamada Escassez Hídrica, que entrou em vigor em setembro e deverá ser mantida até o próximo mês de abril.

Café aumentou 50%

A variação de Alimentação e Bebidas foi menor que em 2020 (de 14,09%, naquele ano, para 7,94%). O item alimentação no domicílio subiu 8,24%, com destaque para o café, com aumento de 50,24% e impacto de 0,15 ponto no índice anual. O preço médio da mandioca subiu 48,08% e o do açúcar refinado, 47,87%. Caíram preços de produtos como batata inglesa (-22,82%) e arroz (-16,88%).

Já no grupo Artigos de Residência (alta de 12,07% em 2021), o IBGE cita os itens mobiliário (15,73%) e eletrodomésticos e equipamentos (13,62%), além de produtos de TV, som e informática (10,55%). Em Vestuário (10,31%), destaque para joias e bijuterias (12,76%) e roupas masculinas (12,60%).

Entre as áreas, a maior alta do IPCA foi registrada na região metropolitana de Curitiba (12,73%). A menor variação foi em Belém (8,10%). Na Grande São Paulo, o índice variou 9,59%. E ficou acima dos 10% em Vitória (11,50%), Rio Branco (11,43%), Porto Alegre (10,99%), Campo Grande (10,92%), Salvador (10,78%), Fortaleza (10,63%), Recife (10,42%), Goiânia (10,31%) e Aracaju (10,14%).

Fonte: ContrafCUT

Pandemia não acabou e presidente e diretor do BB continuam desrespeitando protocolos de saúde

Descaso de gestores do BB é notório, mesmo diante do crescente adoecimento de funcionários, continuam a circular sem máscaras e desrespeitando protocolos



Enquanto voltam a aumentar os casos de contaminação pela variante Ômicron, da Covid-19, e, agora, pelo novo vírus da gripe (H3N2) em todo o país e entre os funcionários do Banco do Brasil, em consequência da precoce retomada ao trabalho presencial nas áreas administrativas, o presidente do BB, Fausto de Andrade Ribeiro, compartilha foto sem máscara nas dependências do banco, desta vez ao lado do diretor de operações, João Leocir Dal-Rosso Frescura.

Esta não é a primeira vez que Fausto é flagrado sem máscara. Em visitas a agências de várias partes do país, o presidente do banco vem reforçando o descaso pelo manual de trabalho presencial, dispensando o uso do equipamento de segurança.

“Essas imagens são sintomáticas. Como cobrar o respeito ao manual de segurança contra a Covid-19, se quem deveria ser o primeiro a fazer é a alta cúpula do banco?”, questiona o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

“Diante do quadro do aumento de funcionários adoecidos nas dependências do banco, em decisão unilateral a direção divulgou, na primeira semana do ano, um novo manual contra a Covid-19, excluindo vários protocolos de segurança que foram estabelecidos no manual anterior, acordado entre o BB, movimento sindical e o Ministério Público do Trabalho”, lembra Fukunaga ao completar que as reivindicações dos trabalhadores, por

outro lado, não são feitas sem bases técnicas. “Retirar, neste momento, o item de fechamento de unidade por contaminação de Covid-19 é, ao mesmo tempo, pregar contra o próprio funcionário e colocar a vida em último plano”, arremata.

Negacionismo explícito

Em setembro, a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) publicou os resultados de pesquisa, encomendada ao Dieese, comprovando o papel do home office na proteção da saúde dos bancários. O trabalho apontou que, entre aqueles que ficaram em teletrabalho durante o ápice da pandemia, 77% não apresentaram diagnóstico positivo de Covid-19, contra 23% contagiados. Por outro lado, entre os que não estiveram em teletrabalho, o percentual de contaminação foi de 38%.

“Ao impor um cronograma de retorno ao trabalho presencial de 100% dos funcionários das áreas administrativas, cumprido até o final de dezembro passado, o banco não apenas desconsiderou a pesquisa encomendada pela Contraf-CUT, como também os relatórios oficiais da OMS (Organização Mundial da Saúde) que afirmam que a pandemia ainda não acabou”, pondera Fukunaga. “Uma nova cepa do vírus Covid-19 está em circulação, com capacidade muito mais rápida de contágio e que tem contribuído para filas enormes no teleatendimento da Cassi e nos hospitais das redes particular e pública”, complementa.

>>> Associados relatam espera por mais de 12 horas para atendimento no sistema de telemedicina

“O número de funcionários adoecidos só não é pior graças a pressão dos trabalhadores nas mesas de negociação que fez com que imunossuprimidos (indivíduos que possuem uma condição de saúde que faz com que seus corpos respondam menos a qualquer tipo de vacina), pessoas em tratamento contra o câncer e com deficiência auditiva, além das grávidas, pudessem continuar em teletrabalho”, explica ainda Getúlio Maciel, representante da Comissão de Empresa BB e dirigente sindical do Fetec-CUT/SP.

Na foto mais recente sem máscara, Fausto aparece ao lado do diretor João Leocir Dal-Rosso Frescura, conhecido como Piti. Em vários casos confirmados de colegas infectados nos centros operacionais, Piti, que é o diretor de operações vinculados a esses prefixos, teria se recusado a dispensar os funcionários das dependências que necessitavam de protocolos de limpeza e quarentena, conforme estabelecido no primeiro manual de segurança, acordado junto ao MPT, após cobrança da CEBB, mas substituído pelo novo manual publicado recentemente de forma unilateral pelo banco.

“Essa mudança do manual de retorno presencial, de forma unilateral, após a cobrança do cumprimento de seus itens, é um absurdo e mostra que, para este diretor do banco, vale tudo para se destacar, desde servir cafezinho como bom menino, até colocar em risco a vida dos funcionários do BB. Vemos, certamente, a política mortuária deste atual governo atuando na Diope”, avalia Fukunaga.

BB recebe intimação

O movimento sindical, por meio da Contraf, acionou o MPT contra a decisão do BB de alterar o manual de segurança sobre a Covid-19. O Banco já foi intimado pelo Ministério Público do Trabalho a comparecer em uma audiência sobre a questão no dia 12 de janeiro.

Direito de resposta

A direção do Banco do Brasil informa que a foto que deu origem a esse texto, onde o presidente do BB, Fausto de Andrade Ribeiro, aparece ao lado do diretor de operações João Leocir Dal-Rosso Frescura, não é recente, foi tirada em 18 novembro. Na ocasião, a presidenta da Contraf-Cut, Juvandia Moreira, cobrou da direção do banco o uso de máscaras e a resposta do BB foi, a partir de então, manter esforços para seguir os protocolos de segurança.

Entretanto, recentemente o Sindicato dos Bancários do Espírito Santo divulgou uma nota com imagens flagrando Fausto Ribeiro sem máscara em várias ocasiões. A mais recente foi no dia 27 de dezembro, em visita às agências de Vitória e Vila Velha

Fonte: ContrafCUT

Reforma trabalhista retirou direitos e gerou desemprego

Michel Temer mostra desapego à verdade ao enumerar ‘conquistas’ das novas regras, dizem presidente da CUT e demais centrais em artigo publicado na Folha em que rebatem texto do ilegítimo



Em artigo publicado na Folha de S. Paulo, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, e os presidentes das outras sete maiores centrais sindicais do país – veja lista abaixo – rebateram com fortes argumentos e fatos texto publicado pelo ilegítimo Michel Temer (MDB-SP) defendendo a reforma trabalhista que acabou com mais de 100 itens da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), legalizou o bico e condenou ao trabalho precário milhões de trabalhadores.

Confira a íntegra do artigo:

Reforma trabalhista retirou direitos e gerou desemprego

No artigo “Reforma trabalhista é injustamente atacada” (9/1), publicado nesta Folha, Michel Temer afirma que “a campanha eleitoral não pode pautar-se pelo desapego à verdade”. Parece-nos contraditória essa preocupação com a verdade em um artigo recheado de mentiras.

Em primeiro lugar, não é verdade que o projeto da reforma trabalhista resultou de um “intenso diálogo entre as forças produtivas da nação: empregados e empregadores”. As centrais sindicais propuseram ao então ministro do Trabalho que fosse criada uma mesa de diálogo social tripartite para tratar da meia dúzia de propostas sobre negociação coletiva que o governo nos apresentava, o que, evidentemente, o governo não criou. Conversa não é diálogo social tripartite. Assim mesmo, fizemos propostas para o projeto que o Executivo encaminharia ao Congresso. Propostas que não foram incorporadas.

O relator do projeto na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), usou a iniciativa do governo para produzir o projeto da mais ampla mudança trabalhista e sindical da legislação laboral. Mais de três centenas de mudanças, desconhecidas, foram aprovadas em poucos dias sem nenhum debate. A nova legislação traduziu na íntegra as propostas patronais.

Por isso, em segundo lugar, é uma grande mentira que nenhum direito trabalhista foi atingido. A reforma autorizou estender as jornadas e criou até contrato com jornada de zero hora sem salário (o intermitente); facilitou e incentivou a contratação com menos direitos; liberou o trabalho de mulheres grávidas em ambientes considerados insalubres; desobrigou o pagamento do piso ou salário mínimo na remuneração por produção; autorizou a homologação sem a assistência sindical, sendo que a maior parte das ações na Justiça são justamente questionando as verbas trabalhistas; eliminou a gratuidade da Justiça do Trabalho e obrigou o trabalhador, no caso de perda da ação, arcar com as custas do processo; determinou que acordos coletivos podem prevalecer sobre a legislação, determinou o fim da ultratividade das cláusulas de negociações coletivas; e alijou os sindicatos da proteção dos trabalhadores, entre outras medidas nefastas.

Nada disso foi apresentado ou tratado com os representantes sindicais. Pelo contrário: desde o advento da reforma, fazemos reiteradas denúncias contra ela. E não fomos apenas nós,

sindicalistas, que nos indignamos com as descaradas distorções da reforma. Ela também foi, e continua sendo, muito criticada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e por entidades de classe.

Em terceiro lugar, diferentemente do que afirma Michel Temer, desde o advento da reforma o Brasil vive em uma progressiva escalada de desemprego, de trabalhos precários e de falta de fiscalização, além de um assombroso rebaixamento da proteção laboral e social e aumento da miséria.

Durante os governos de Michel Temer (2016 a 2018) e de Jair Bolsonaro (desde 2019), as taxas de desemprego bateram recordes, atingindo 12,7% em 2017, 12,2% em 2018, 11,9% em 2019, 13,5% em 2020 e 12,6% em 2021, segundo o IBGE (em 2014, o índice era de 4,8%). No período, o número de trabalhadores sem emprego formal (informais, desempregados e desalentados), ou seja, desamparados do artigo 7º da Constituição Federal, saltou de 52,3 milhões de pessoas para 61,3 milhões de brasileiros. Culminando com o desequilíbrio da Previdência, o que mais tarde foi utilizado para a aprovação da reforma previdenciária.

Em quarto lugar é mentira que “promulgada a reforma trabalhista não houve nenhuma greve de trabalhadores”. Logo após a reforma, em 2018 o Dieese registrou 1.453 greves, sendo que 82% delas eram pela manutenção e contra o descumprimento de direitos.

Em quinto lugar, soa até estranha a insistência de Temer em relacionar a reforma, que foi na verdade um golpe de destruição de direitos laborais, sociais e sindicais, à ideia de modernização. Isso é um grande desapego à verdade. Se a ideia fosse modernizar o país, primeiro deveria ser resultado do diálogo social tripartite que tratasse de uma agenda transparente e pública; segundo, fortalecer a negociação e suas instituições e instrumentos; terceiro, valorizar os sindicatos como sujeitos coletivos de representação; e, quarto, ser uma mudança correlacionada com um projeto de desenvolvimento produtivo para gerar empregos de qualidade, crescimento dos salários, fortalecimento da demanda que sustenta o crescimento econômico.

Por fim o ex-presidente deixa claro que não entende o papel das entidades sindicais, quando ao final do seu artigo insinua que o trabalhador é contra o empregador. Uma grande falácia. A chamada “reforma trabalhista”, além de tudo o que já foi dito pretendeu, por meio de um “jabuti”, enfraquecer a negociação coletiva através da asfixia financeira das entidades sindicais, já que, ao criar a cortina de fumaça da extinção da contribuição sindical, aprovou dezenas de prejuízos nas relações de trabalho.

Em 2022 queremos que o processo eleitoral debata projetos para o país, para uma nação soberana e que é capaz de enfrentar seus problemas e de superar desafios. Como centrais sindicais, apostamos na mobilização social, no diálogo social e na negociação tripartite para pactuar compromissos entre todos. Lutamos para que a construção do nosso futuro não se paute em golpes e mentiras.

Sérgio Nobre - Presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)

Miguel Torres - Presidente da Força Sindical

Ricardo Patah - Presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)

Adilson Araújo - Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

Oswaldo Augusto de Barros - Presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)

Antonio Neto - Presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)

Edson Carneiro Índio - Secretário-geral da Intersindical (Central da Classe Trabalhadora)

José Gozze - Presidente da Pública, Central do Servidor

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF